

REQUERIMENTO
(Do Sr. Átila Lira)

Requer a realização de audiência pública na Comissão de Educação para debater a fusão de empresas do setor educacional privado, formação de oligopólio e uma política de proteção às escolas isoladas.

Senhor Presidente:

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos regimentais, ouvido o Plenário desta Comissão, seja realizada Audiência Pública para debater a fusão de empresas do setor educacional privado, formação de oligopólio e uma política de proteção às escolas isoladas.

Para que a temática seja discutida com o necessário aprofundamento, pertinência e representação institucional, sugerimos inicialmente, convidar os representantes das seguintes instituições:

1. José Mendonça Bezerra Filho – Ministro da Educação
2. Carlos Hamilton Vasconcelos Araújo – Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda.
3. Márcio Oliveira Júnior – Presidente Interino do Conselho Administrativo Defesa Econômica – CADE.

JUSTIFICATIVA

Tem sido noticiado pela imprensa nos últimos dias, uma possível fusão entre Kroton e Estácio e questionada por entidades do setor de educação, que veem risco de que o negócio possa criar um grupo com amplo poder de mercado e que concentra parcela significativa de fundos de incentivo à educação.

A fusão foi alvo de uma denúncia no Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), feita pela seção do Rio de Janeiro da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB/RJ). Com a denúncia, a entidade alega que uma união das empresas trará concentração econômica ilegal ao mercado.

Para a Federação Nacional das Escolas Particulares (Fenep), as negociações são de caráter empresarial, mas uma possível união entre Kroton e Estácio criaria uma companhia "muito desproporcional" em relação às concorrentes.

Com base em estatística de 2014, dados do INEP, o setor tinha 2.070 instituições de ensino, das quais, 1.710 são escolas isoladas, representando 82,6 % do total de unidades de ensino. São pequenas escolas sediadas de maneira geral no interior do Brasil. Essa tendência de concentração deverá levar a extinção dessas pequenas escolas, daí a necessidade de uma política de proteção por parte do Ministério da Educação.

Nesse sentido, a Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, também deverá realizar audiência pública na para tratar do assunto.

Sala das Comissões, em de de 2016.

Deputado ÁTILA LIRA